



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA,
DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
CONCURSO PÚBLICO – NÍVEL SUPERIOR

104 – ESPECIALISTA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL DIREITO E LEGISLAÇÃO

DATA E HORÁRIO DA PROVA: 11/4/2010 – 14h

INSTRUÇÕES GERAIS

- O candidato receberá do **chefe de sala**:
 - Um **caderno de questões** da prova objetiva, contendo 60 (sessenta) questões de múltipla escolha, com 5 (cinco) alternativas de resposta cada uma e apenas uma alternativa correta.
 - Um **cartão de respostas** óptico personalizado.
- Ao ser autorizado o início da prova, o candidato deverá verificar se a numeração das questões, a paginação e a codificação do **cartão** estão corretas.
- O candidato dispõe de 4 (quatro) horas para fazer a prova objetiva, devendo controlar o tempo, pois não haverá prorrogação desse prazo.
- Esse tempo inclui a marcação do **cartão de respostas** óptico da prova objetiva.
- Ao candidato somente será permitido levar o **caderno de questões** após 3 (três) horas e 30 (trinta) minutos do início da prova.
- Somente após decorrida 1 (uma) hora do início da prova, o candidato poderá entregar seu **cartão de respostas** óptico e retirar-se da sala.
- Após o término da prova, o candidato deve entregar ao **chefe de sala** o **cartão de respostas** óptico devidamente assinado.
- O candidato deve deixar sobre a carteira apenas o **documento de identidade** e a **caneta esferográfica de tinta preta** ou **azul**.
- Não é permitida a utilização de qualquer aparelho eletrônico de comunicação. O candidato deverá desligar e entregar ao **chefe de sala** régua de cálculo, calculadora, agenda eletrônica, *palmtop*, *bip*, *pager*, *notebook*, telefone celular, gravador, máquina fotográfica, *walkman*, aparelho portátil de armazenamento e de reprodução de músicas, vídeos e outros arquivos digitais, relógio, ou qualquer outro equipamento desse tipo e qualquer tipo de arma, mesmo que com porte autorizado.
- Não é permitida a consulta a livros, dicionários, apontamentos e apostilas.

INSTRUÇÕES – PROVA OBJETIVA

- Verifique se os seus dados estão corretos no **cartão de respostas** óptico. Caso haja algum dado incorreto, escreva apenas no(s) campo(s) a ser(em) corrigido(s), conforme instruções no **cartão de respostas**.
- Leia atentamente cada questão e assinale no **cartão de respostas** óptico a alternativa que mais adequadamente a responde.
- A questão que tiver mais de uma resposta assinalada será considerada errada, mesmo que uma das assinalações esteja correta.
- O **cartão de respostas** óptico **não** pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou conter qualquer registro fora dos locais destinados às respostas.
- A maneira correta de assinalar a alternativa no **cartão de respostas** óptico é cobrindo, fortemente, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul o espaço a ela correspondente, conforme modelo a seguir:

Marque as respostas **assim**: ■

Realização:



CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto I, para responder às questões de 1 a 3.

1 Em uma manhã de inverno em 1978, a assistente social Zélia Machado, 49 anos de idade, encontrou um bebê recém-nascido em um terreno baldio em frente de sua casa, em Curitiba. Era uma menina morena que chorava muito, ainda com o cordão umbilical, embrulhada em uma sacola de papel. Zélia, uma descendente de ucranianos de olhos azuis, levou a criança ao hospital e, ignorando a opinião contrária de parentes e amigos, resolveu adotá-la. “Foi a melhor decisão da minha vida”, diz hoje. Aos dezoito anos, Patrícia, a filha adotiva, está-se preparando para o vestibular e tem com a mãe um relacionamento melhor do que muitos filhos biológicos em outras famílias. “Às vezes até esqueço que fui adotada”, conta.

Histórias como essa compõem a primeira grande pesquisa sobre adoção no Brasil, feita pela psicóloga paranaense Lídia Weber em doze estados de diferentes regiões. O estudo, que acaba de ser apresentado no XXVI Congresso Internacional de Psicologia, realizado em Montreal, no Canadá, desmente alguns mitos sobre a adoção no país. Mostra, por exemplo, que a adoção é uma experiência muito mais tranquila e gratificante do que se imagina para pais e filhos. “Oitenta e cinco por cento dos casos estudados foram muito bem-sucedidos”, atesta a pesquisadora. “Esse resultado desmente a tese de muitos psicólogos e psiquiatras segundo a qual a perda dos pais biológicos é irreparável e determinante de todos os problemas nas crianças adotadas.”

In: **Veja**, 18/9/1996 (com adaptações).

Perfil dos filhos adotivos...	...e dos pais que adotam
64% são brancos.	91% estavam casados na época da adoção.
60% são mulheres.	55% não podiam ter filhos.
69% eram recém-nascidos na época da adoção.	45% já tinham filhos biológicos.
62% nunca tiveram notícias de seus pais biológicos.	40% têm curso superior completo.
69% sempre souberam que eram adotivos.	50% recebem mais de 1.500 reais por mês.

QUESTÃO 1

Com base no texto I, assinale a alternativa correta.

- (A) É correto afirmar que o primeiro parágrafo do texto I apresenta estrutura descritiva.
- (B) É alto o percentual, em crianças adotadas, de problemas psicológicos irreparáveis, resultantes da perda dos pais biológicos: 85%.
- (C) Foi a assistente social Zélia Machado a responsável pelos primeiros cuidados com o cordão umbilical do bebê recém-nascido encontrado em um terreno baldio.
- (D) Existem mitos sobre a adoção no Brasil. Um deles é o de que a criança adotada é problemática porque a perda dos pais biológicos é irreparável.
- (E) Há registros antigos que comprovam o fato de que os brasileiros consideram a adoção uma experiência tranquila e gratificante.

QUESTÃO 2

Assinale a alternativa que apresenta conclusão da pesquisa **não** comprovável pela tabela do texto I.

- (A) Metade das adoções ocorreu em famílias com renda superior a 1.500 reais por mês.
- (B) A maioria dos adotados eram crianças brancas, recém-nascidas e do sexo feminino.
- (C) A maioria dos filhos adotados sabia da adoção.
- (D) Quatro em dez pais adotivos tinham curso superior completo.
- (E) Trinta e um por cento de casos problemáticos foram aqueles em que os filhos souberam tardiamente que eram adotados ou, pior ainda, por informação de terceiros.

QUESTÃO 3

Em cada alternativa a seguir, é feita uma interpretação de palavra ou expressão do texto I. Assinale aquela que contém interpretação correta, de acordo com a norma culta padrão da língua portuguesa.

- (A) A expressão “a assistente social” (linhas 1 e 2), caso seja colocada após o substantivo próprio a que se refere, cria, necessariamente, uma falha gramatical.
- (B) No trecho “de sua casa, em Curitiba” (linhas 3 e 4), a eliminação da vírgula e a substituição da preposição “em” por **de** mantêm o sentido original da frase.
- (C) A substituição de “ainda” (linha 5) por **ainda que** modifica o sentido da frase em que se insere, porque, no original, o vocábulo “ainda” tem valor de tempo e, na reescrita, passa a estabelecer uma relação de oposição, de concessão.
- (D) Na linha 12, o verbo **esquecer** está empregado com traços tipicamente coloquiais, pois a forma padrão culta exige que, na frase, ele seja acompanhado de pronome **me** e preposição **de**.
- (E) Na linha 23, o verbo **ser**, conjugado como “foram”, pode ser empregado também no singular.

Texto II, para responder às questões 4 e 5.

1 Em nosso país, são centenas de milhares de
crianças institucionalizadas que aguardam a adoção, um
sonho cada vez mais improvável para a maioria delas. Os
4 poucos casais que se decidem por adotar uma criança
procuram, invariavelmente, bebês recém-nascidos,
preferencialmente brancos, sadios e perfumados.

7 As crianças maiores, abandonadas, negligenciadas
ou vitimadas pela violência ou abuso sexual, estão em regra
condenadas a crescer dentro de instituições. Ali, por melhor
10 que seja o trabalho desenvolvido, por maiores que sejam os
esforços e a generosidade dos que lhes oferecem atenção e
cuidado, essas crianças estarão desprovidas do fundamental:
13 carinho e referência familiar.

Conversei, demoradamente, com dezenas delas.
Devo dizer que é muito dolorido. Os pequenos te cercam,
16 perguntam se você será o pai delas, disputam o teu colo ou a
garupa como que implorando pelo toque físico, te convidam
para voltar, te perguntam se você irá passear com elas. Meu
19 Deus!

Ao contrário dos presídios, dos manicômios e
mesmo das FEBEMs, a sensação, quando da saída dos
22 abrigos, não era de indignação ou revolta, mas, apenas, de
uma avassaladora tristeza.

Marcos Rolim. **Os filhos da solidão**, 12/12/2001.
Internet: <www.rolim.com.br> (com adaptações).

QUESTÃO 4

Em cada alternativa a seguir, é feita uma interpretação de palavra ou expressão do texto II. Assinale aquela que contém interpretação correta, de acordo com a significação e a norma culta padrão da língua portuguesa.

- (A) Os vocábulos “são” (linha 1) e “que” (linha 2) conferem ênfase à informação exposta no período de abertura do texto II.
- (B) O segundo período do parágrafo inicial do texto II estabelece com o primeiro uma relação de tempo.
- (C) As palavras “país”, “físico” e “presídios” são acentuadas pela mesma razão: o acento recai sobre a vogal “i”.
- (D) O termo “lhes” (linha 11) pode ser substituído pela expressão **à elas**, com acento indicativo de crase, pois o pronome **elas** remete a “crianças”, substantivo feminino utilizado no texto II.
- (E) O pronome “te” da linha 17 pode ser corretamente substituído por **lhe**.

QUESTÃO 5

Em cada alternativa a seguir, é feita uma interpretação relativa ao texto II. Assinale aquela que contém interpretação correta, de acordo com a significação e a norma culta padrão da língua portuguesa.

- (A) A expressão “quando da saída” (linha 21) sofre modificação de sentido, se reescrita como **quando eu saía**.
- (B) A palavra FEBEM recebeu marca de plural no texto, sendo grafada “FEBEMs” (linha 21) porque a sigla de uma extinta instituição de assistência social, popularizando-se, passou a atuar na língua portuguesa usada no Brasil como um substantivo comum, sujeito à flexão de plural, como qualquer outro.
- (C) O texto II é integralmente escrito em registro formal, uma vez que se trata de um conto literário.
- (D) O texto II explicita os seguintes sentimentos e sensações: abandono, negligência, ansiedade, satisfação, indignação.
- (E) A última palavra do texto sintetiza o sentimento que o autor costuma ter quando visita presídios, manicômios e abrigos.

Texto III, para responder às questões 6 e 7.

1 A prisão provisória é a principal vilã da superlotação
dos presídios brasileiros; porém, segundo relatório divulgado
pelo Instituto de Direitos Humanos da *International Bar*
4 *Association*, a crise do sistema judiciário vai além desse fato.
O país é dono da quarta maior população carcerária do
mundo. Dos mais de 400 mil presos, 44% estão em regime
7 de prisão provisória. Por outro lado, muitos condenados não
chegam às celas. O Ministério da Justiça estima que há mais
de 300 mil mandados de prisão contra condenados não
10 cumpridos. Para a instituição, só vontade política pode dar
um fim à crise do Judiciário e desafia CNJ a se manter duro e
eficaz. O relatório será apresentado na sexta-feira (26/2) na
13 Associação dos Advogados de São Paulo (Aasp).

O relatório também acusa o sistema de elitista, por
dar privilégios aos mais ricos e estudados, que são aqueles
16 que conseguem pagar os melhores advogados e, assim,
garantir uma boa defesa. O mesmo ocorre com os menores,
já que todos os detentos da Fundação Casa, por exemplo,
19 têm origem humilde. Estudos também mostram que os juízes
estão usando os amplos poderes discricionários, previstos
em lei, para decretar a prisão provisória de certas classes de
22 pessoas, em resposta a ansiedades e preconceitos da
sociedade acerca de certos tipos de crimes.

A entidade também relata as condições das prisões
25 já divulgadas por meio dos mutirões do CNJ e o crescente
número de prisões de pessoas acusadas de delitos menores
e inocentes. É considerado grave ainda o fato de as
28 detenções gerarem facções criminosas.

Fabiana Schiavvon. **Só vontade política pode dar fim à crise do
judiciário**. Internet: <www.conjur.com.br> (com adaptações).

QUESTÃO 6

A palavra “ainda” usada na linha 27 do texto III está empregada com o mesmo sentido na frase

- (A) Estou preocupado com Jairo: ele **ainda** não voltou.
- (B) Você **ainda** vai ser feliz, tenho certeza.
- (C) Ninguém acreditou, mas o pássaro **ainda** voava até aquela hora.
- (D) A jovem recebeu acusações injustas e, **ainda**, foi impedida de se explicar.
- (E) Não tinha muito tempo; **ainda** assim foi visitar a mãe doente.

QUESTÃO 7

Em cada item a seguir, julgue se a interpretação da frase mantém a ideia original.

- I Um quarto da população carcerária do mundo está naquele país (linhas 5 e 6).
- II O Brasil é dono da quarta maior população carcerária do mundo (linhas 5 e 6).
- III Mais de 175 mil presos brasileiros vivem em regime de prisão provisória (linhas 6 e 7).
- IV A lei brasileira concede aos juízes amplos poderes discriminatórios para decretar prisões provisórias de infratores pertencentes às classes menos favorecidas economicamente (linhas de 19 a 23).

Assinale a alternativa correta.

- (A) Nenhum item está certo.
- (B) Apenas um item está certo.
- (C) Apenas dois itens estão certos.
- (D) Apenas três itens estão certos.
- (E) Todos os itens estão certos.

QUESTÃO 8

Podem se inscrever no processo seletivo do ProUni, referente ao primeiro semestre de 2010, os candidatos não portadores de diploma de curso superior que tenham realizado o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) em 2009 e alcançado no mínimo quatrocentos pontos na média das cinco notas (ciências da natureza e suas tecnologias; ciências humanas e suas tecnologias; linguagens, códigos e suas tecnologias; matemática e suas tecnologias e redação).

Internet: <<http://siteprouni.mec.gov.br>>.

Acerca do programa mencionado no texto, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) Para concorrer às bolsas, o candidato deve ter renda familiar de até três salários mínimos por pessoa.
- (B) Criado ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso, apenas no último triênio, o ProUni passou a ser aceito por universidades privadas; até 2007, apenas faculdades e centros universitários haviam aderido ao programa.
- (C) Professores da rede pública no exercício do magistério da educação básica, integrantes do quadro de pessoal permanente de instituição pública, podem concorrer às bolsas, desde que as pleiteiem para cursos de licenciatura, normal superior ou pedagogia.
- (D) O ProUni tem por finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação em instituições privadas de educação superior.
- (E) Alunos que cursaram o ensino médio completo em escolas da rede privada e tenham usufruído de bolsas integrais nas respectivas instituições podem concorrer às bolsas do ProUni.

QUESTÃO 9

Nosso país tem uma grande parcela de jovens que ainda se encontra excluída do sistema educacional, pelo descaso social, com necessidades de trabalhar para o sustento de suas famílias, tendo de, às vezes, ter tempo para procurar emprego, ou fazer “bicos”. O incentivo que não existe a esse jovem que se encontra marginalizado pela sociedade, por questões sociais, “desigualdades” e até a estrutura familiar, vem contribuir para sua exclusão.

Internet: <<http://www.brasile scola.com>>.

Acerca do sistema educacional brasileiro, da situação atual da educação no país e de temas correlatos, assinale a alternativa correta.

- (A) Com relação ao financiamento da educação, o percentual dos impostos arrecadados que a União, os estados, os municípios e o Distrito Federal devem investir é o mesmo, ressalvando-se o fato de que caberá à União o repasse de verbas aos entes federados com maiores dificuldades financeiras.
- (B) Considerada um retrocesso, a decisão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, de reduzir a quantidade de dias letivos anuais, de 200 para 180, repercutiu em uma sensível degradação da qualidade no ensino público no país, razão pela qual já se cogita sua reversão.
- (C) A exclusão dos jovens do sistema educacional, mencionada no texto, é uma referência ao fato de que o país não possui um programa de educação destinado aos trabalhadores (jovens e adultos), já que a antiga modalidade (supletivo) não foi substituída por outra alternativa que atendesse a esse segmento.
- (D) Entre os sistemas de avaliação da educação brasileira implementados pelo Estado, merecem menção o SAEB, exclusivo para o ensino fundamental, e o ENEM, apenas para o ensino médio.
- (E) A educação básica compreende a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio.

QUESTÃO 10

João responde a processo criminal por sonegação fiscal, crime apenado com reclusão. O juiz determinou a quebra do sigilo bancário de João no dia 10 de janeiro de 2010, ocasião em que seu advogado impetrou *habeas corpus*, por entender que a medida era arbitrária. Acerca do remédio constitucional utilizado, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) O advogado de João agiu corretamente, embora como regra o remédio adequado seja o mandado de segurança.
- (B) O *habeas corpus* é ação de natureza penal, de procedimento especial e isento de custas.
- (C) Segundo entendimento jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal (STF), o *habeas corpus* é cabível frente à ofensa indireta, reflexa ou potencial ao direito de locomoção.
- (D) O *habeas corpus* é utilizado contra ilegalidade ou abuso de poder no tocante ao direito de locomoção, que alberga o direito de ir, vir e permanecer dos cidadãos.
- (E) Ainda que a quebra do sigilo fosse determinada pela autoridade fiscal, o *habeas corpus* poderia ser legitimamente utilizado.

QUESTÃO 11

Mário, empregado de uma empresa, pessoa jurídica de direito privado e delegatária de serviços públicos, atropelou Maria, servidora pública do Distrito Federal. Diante dessa situação hipotética, assinale a alternativa correta, com base nas disposições constitucionais acerca do tema.

- (A) Considerando que a empresa é delegatária e prestadora de serviços públicos, é correto afirmar que sua responsabilidade será objetiva.
- (B) Por ser a vítima uma servidora pública, Mário responderá pelo atropelamento com base na responsabilidade subjetiva.
- (C) A responsabilidade da empresa será subjetiva, pois se trata de pessoa jurídica de direito privado.
- (D) Mário responderá objetivamente pelos danos causados a Maria.
- (E) Mário não pode ser responsabilizado subjetivamente, posto que agiu em nome de uma delegatária de serviço público.

QUESTÃO 12

Pietra Ferrari é uma italiana naturalizada brasileira. Após anos de luta nos movimentos de defesa dos direitos humanos, foi escolhida para representar um grupo de mulheres na política nacional. Com base no que dispõe a Constituição Federal, é correto afirmar que Pietra poderá ocupar o cargo de

- (A) presidente da República.
- (B) presidente da Câmara dos Deputados.
- (C) presidente do Senado Federal.
- (D) governadora do seu estado.
- (E) vice-presidente da República.

QUESTÃO 13

Após três anos de trabalho árduo na administração pública do Distrito Federal, Joana conquistou a tão sonhada estabilidade no cargo. Entretanto, acreditando que não poderia mais ser demitida, Joana começou a se ausentar do serviço, ser displicente com suas atividades e descumprir as ordens de seus superiores. Depois de seis meses trabalhando como estável, Joana foi sumariamente demitida do cargo. Acerca dessa situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- (A) A demissão de Joana foi correta.
- (B) A demissão de Joana prescinde de processo administrativo.
- (C) A demissão de Joana poderia se dar mediante procedimento de avaliação de desempenho.
- (D) Se a demissão de Joana for invalidada por sentença judicial, ela deverá ser reconduzida ao cargo anteriormente ocupado.
- (E) Se a demissão de Joana for invalidada por sentença judicial, ela deverá ser revertida ao cargo anteriormente ocupado.

QUESTÃO 14

No exercício de sua autonomia política, o Distrito Federal criou uma lei que promove os direitos humanos assegurados na Constituição Federal. Acerca desse ato legislativo, assinale a alternativa correta, à luz da Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF).

- (A) Ao se promulgar a lei, foi atendido um dos objetivos prioritários do Distrito Federal.
- (B) O Distrito Federal só pode promover os direitos humanos por meio de lei.
- (C) A lei visa atender à exigência presente na Constituição Federal do Brasil, mas não na LODF.
- (D) Segundo a LODF, a dignidade da pessoa humana é um objetivo prioritário.
- (E) A referida lei é manifestação da autonomia administrativa da Câmara Legislativa.

QUESTÃO 15

Considere que a Câmara Legislativa do Distrito Federal queira fortalecer a soberania popular e resolva submeter uma lei aprovada na Casa ao crivo da população. Nessa situação, a soberania será exercida por meio de

- (A) plebiscito.
- (B) referendo.
- (C) iniciativa popular.
- (D) sufrágio universal com voto indireto, mas secreto.
- (E) sufrágio universal com voto direto, mas aberto.

QUESTÃO 16

Acerca dos servidores públicos do Distrito Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) É assegurada a participação de servidores públicos na gerência de fundos e entidades para os quais contribuem, na forma da lei.
- (B) A administração direta e indireta será regida pelo regime jurídico único.
- (C) Os servidores distritais serão estáveis após três anos da aprovação no concurso público.
- (D) As autarquias e fundações distritais não serão regidas por regime jurídico único.
- (E) Os servidores públicos distritais não possuem direito a greve, embora lhes seja outorgada por lei a livre associação sindical.

QUESTÃO 17

Paulo, José e João são servidores públicos da administração indireta. No dia 10 de fevereiro de 2010, precavendo-se para os acontecimentos do carnaval, os três saíram às ruas do Distrito Federal, executando serviços de fiscalização em atividades de comércio e em locais proibidos para menores. Com base nessa situação hipotética, assinale a alternativa correta acerca das atividades executadas por eles.

- (A) Ao buscar a manutenção da ordem pública, os três servidores atuaram como polícia judiciária.
- (B) Paulo, José e João poderiam ter delegado suas atribuições a pessoas da iniciativa privada.
- (C) Os atos emitidos pelos três servidores não podem ser considerados atos administrativos.
- (D) Àquele que se encontre irregular, a administração poderá aplicar sanções como: interdição de atividade, fechamento de estabelecimento e apreensão de objetos.
- (E) No exercício de suas atribuições, Paulo, José e João só poderão atuar repressivamente.

QUESTÃO 18

Pedro é agente público e recebe estipêndio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória. Diante dessa informação, é possível afirmar que Pedro **não é**

- (A) vereador.
- (B) ministro de Estado.
- (C) diretor de secretaria em tribunal superior.
- (D) juiz federal.
- (E) secretário municipal.

QUESTÃO 19

Mário pretende construir em uma área nobre de Brasília. Depois de pagar pelo projeto da casa, Mário foi informado por seu arquiteto de que, para iniciar as obras, seria necessário ir à administração e requerer um alvará de licença, e de que esse alvará seria sempre irrevogável, mesmo antes de iniciada a obra. Com base nessa situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- (A) O arquiteto prestou todas as informações corretamente.
- (B) O arquiteto errou ao dizer que a administração deveria expedir um alvará de licença.
- (C) O ato administrativo a ser requerido por Mário é a permissão para construir.
- (D) A informação de que o alvará de licença é sempre irrevogável está correta.
- (E) Por se tratar de licença para construir, a jurisprudência tem entendimento de que é possível a revogação enquanto não iniciada a obra licenciada.

QUESTÃO 20

Ana Maria, servidora pública, foi suspensa de suas atividades no ano de 2003. Angélica, sua colega de trabalho, sofreu penalidade de advertência um ano antes. Sabendo-se que as duas não cometeram nenhuma outra infração, é correto afirmar que

- (A) as duas servidoras tiveram os registros das penalidades cancelados em 2008.
- (B) Ana Maria teve de esperar cinco anos de efetivo exercício para ver seu registro cancelado.
- (C) os registros das penalidades não poderão ser cancelados.
- (D) Angélica não teve a sua penalidade registrada.
- (E) Ana Maria e Angélica tiveram de aguardar, respectivamente, três e cinco anos de efetivo exercício até que o registro delas fosse cancelado.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 21

Acerca da Declaração Universal dos Direitos Humanos, assinale a alternativa correta.

- (A) A Declaração é documento fortemente inspirado pela doutrina religiosa da Igreja Católica e baseia-se na crença em um deus único e no amor ao próximo.
- (B) A Declaração pressupõe as diferenças culturais entre os povos, mas adota determinados princípios e regras com caráter absoluto e pretensão de universalidade, como a proscricção da escravidão e da tortura e a igualdade de todos perante a lei.
- (C) A fim de garantir o direito à imagem e a privacidade dos cidadãos, a Declaração estabelece que, no caso de alguém ser processado criminalmente, deverá ser julgado pelo órgão competente em processo sigiloso; o sigilo somente deverá ser levantado na hipótese de condenação transitada em julgado.
- (D) Pelo fato de reconhecer o direito à liberdade de locomoção e a relevância do intercâmbio cultural entre os povos, a Declaração propugna a possibilidade de livre entrada e saída dos indivíduos em qualquer país, em tempo de paz.
- (E) Devido à inspiração de natureza socialista vigente na época de sua aprovação, a Declaração não menciona de forma expressa o direito à propriedade privada.

QUESTÃO 22

Assinale a alternativa correta quanto à Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).

- (A) É competência precípua do Distrito Federal e dos municípios, mas não dos estados, efetuar o pagamento dos auxílios natalidade e funeral e criar programas de amparo para crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social e para pessoas que vivam em situação de rua.
- (B) As prestações oferecidas pelo poder público com base na LOAS são dirigidas eminentemente às populações urbanas, pois as rurais são atendidas por meio dos benefícios específicos previstos no Plano de Benefícios da Previdência Social, objeto da Lei n.º 8.213, de 24/7/1991.
- (C) Compete de forma concorrente à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios o custeio dos benefícios de prestação continuada a que se refere o art. 203 da Constituição brasileira.
- (D) O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) é composto por 18 membros e presidido pelo Presidente da República; seus integrantes possuem mandato de dois anos; é competência do Conselho aprovar a Política Nacional de Assistência Social e aprovar critérios de transferência de recursos para os estados, municípios e Distrito Federal.
- (E) O benefício de prestação continuada previsto na LOAS consiste no pagamento de um salário mínimo mensal à pessoa portadora de qualquer deficiência e ao idoso com 70 anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida pela família, independentemente da percepção de benefício previdenciário.

QUESTÃO 23

Com referência à Convenção Internacional a respeito dos Direitos da Criança, assinale a alternativa correta.

- (A) No Brasil, a despeito de a capacidade eleitoral ativa (isto é, o direito de votar) ser estabelecida pela Constituição da República em 16 anos, criança, para os fins da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, será o indivíduo com menos de 18 anos de idade.
- (B) De acordo com a Convenção, a criança possui, em qualquer caso, o direito de conhecer seus pais biológicos.
- (C) Os Estados signatários da Convenção devem agir para proteger o interesse da criança, até, se for o caso, para separá-la de seus pais. Isso pode ocorrer devido à pobreza e a maus tratos, entre outros fundamentos.
- (D) O direito de visita e de convivência dos pais em relação à criança que tenha necessitado ser deles separada é inalienável da condição parental e a satisfação desse direito deve ser garantida pelos Estados signatários da Convenção.
- (E) As crianças, por sua pouca idade, decorrente de definição legal, não têm direito à cobertura da previdência social oficial, uma vez que esta se baseia na contribuição econômica dos participantes, por determinados prazos, para a formação de um fundo.

QUESTÃO 24

A respeito das Regras de Beijing, assinale a alternativa correta.

- (A) Em face do princípio da individualização da pena, previsto de forma expressa na Constituição brasileira, a aplicação das sanções apropriadas aos atos infracionais, de acordo com as Regras de Beijing, deve necessariamente levar em conta fatores como raça, cor, sexo, religião, opinião política, origem social e posição econômica do adolescente.
- (B) Existe conflito jurídico entre as Regras de Beijing e as normas do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que estabelecem a aplicação de medidas socioeducativas a adolescentes infratores, porquanto aquelas regras não permitem a responsabilização do jovem infrator.
- (C) Exclusivamente do ponto de vista das Regras de Beijing, sem levar em conta o ECA, é possível a divulgação da identidade de jovens infratores, em razão do princípio da liberdade de imprensa, desde que os veículos de imprensa adotem medidas para respeitar a dignidade do indivíduo.
- (D) Mesmo quando submetido a tratamento institucional, o jovem infrator tem direito, sempre que possível, ao acesso de pais e tutores.
- (E) No processo judicial decorrente da prática de ato infracional, embora o jovem tenha direito à aplicação do princípio do devido processo legal, não há necessidade de advogado para a sua defesa, a qual pode ser realizada por meio de servidores para tanto devidamente treinados.

QUESTÃO 25

No que se refere às Diretrizes de Riad, assinale a alternativa correta.

- (A) De forma simplificada, o princípio da insignificância, no Direito Penal, significa que não devem ser punidas condutas que resultem em lesão irrelevante à vítima e aos valores protegidos pela lei. Esse princípio é incompatível com as Diretrizes de Riad, no que diz respeito aos jovens infratores.
- (B) As Diretrizes de Riad são incompatíveis com instituições estatais formais de internamento de jovens infratores.
- (C) De acordo com as Diretrizes de Riad, o sistema de educação dos jovens deve ser exclusivamente oficial e público.
- (D) As Diretrizes de Riad, em respeito à liberdade de comunicação social como direito fundamental no mundo contemporâneo, não admitem ação estatal que busque influenciar o conteúdo dos veículos de comunicação.
- (E) As políticas estatais de prevenção da delinquência juvenil devem considerar que o comportamento dos jovens que não se ajustem aos valores e normas gerais da sociedade é, frequentemente, etapa do processo de amadurecimento destes, de modo que tal comportamento não redunde em tratamento indevidamente severo do jovem.

QUESTÃO 26

Em relação às Regras de Tóquio, assinale a alternativa correta.

- (A) As Regras de Tóquio, em virtude do princípio da presunção de inocência, são aplicáveis apenas a cidadãos com condenação criminal transitada em julgado, a fim de estimular a conversão das penas privativas de liberdade em restritivas de direitos.
- (B) Estritamente de acordo com as Regras de Tóquio, os processos de natureza criminal devem ser públicos, a fim de reduzir o risco da aplicação de sanções ilegais e abusivas por parte dos órgãos estatais.
- (C) As Regras de Tóquio estimulam, à luz da legislação de cada país, a negociação entre o investigado e o Ministério Público, com a finalidade de evitar o ajuizamento de ação penal e, no caso de infrações de menor potencial ofensivo, de aplicar medidas não privativas da liberdade.
- (D) No caso de a medida não privativa de liberdade resultar em insucesso, a consequência deve ser, em conformidade com as Regras de Tóquio, a decretação da prisão do delinquente, após decisão judicial e desde que respeitado o princípio do contraditório.
- (E) Consoante as Regras de Tóquio, há diversas medidas possíveis de caráter não restritivo da liberdade, tais como a pena pecuniária, a indenização da vítima, a vigilância judiciária e a prestação de serviços à comunidade, mas não é permitida a aplicação cumulativa dessas medidas, a fim de evitar sanção desproporcional do réu.

QUESTÃO 27

Com relação à Política Nacional da Assistência Social — Norma Operacional Básica/Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS) —, assinale a alternativa correta.

- (A) Devido à norma constitucional que impõe o equilíbrio da gestão orçamentária, o SUAS baseia-se no caráter contributivo da participação de seus beneficiários.
- (B) Na proteção social de assistência social, a família é considerada o núcleo social básico de acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e protagonismo social. Esse conceito corresponde ao princípio de matricialidade sociofamiliar.
- (C) Em face da dimensão territorial do país e da necessidade de visão global de seus problemas, aplica-se na gestão compartilhada de serviços de assistência social o princípio da concentração, de forma que os serviços devem ser preferencialmente prestados pela União e pelos estados.
- (D) No SUAS, os projetos de enfrentamento da pobreza devem ser custeados com verbas orçamentárias específicas da União, estados, Distrito Federal e municípios e não por meio do Fundo Nacional de Assistência Social.
- (E) As ações de enfrentamento do abuso e da exploração sexual de crianças e adolescentes são prioridade do SUAS e devem ocorrer em todo o país de modo uniforme, independentemente de determinado município encontrar-se em região portuária, turística, ribeirinha, litorânea ou de garimpo.

QUESTÃO 28

O prefeito de um município contratou obra superfaturada com uma empresa de propriedade de um amigo dele. Ao tomar conhecimento dos fatos, a população, por intermédio da Associação de Moradores, resolveu estudar as medidas cabíveis para a punição dos envolvidos e, com isso, ajuizou uma ação popular. Com base nessa situação hipotética, assinale a alternativa correta no que concerne à referida ação constitucional.

- (A) A ação popular deverá ser conhecida, pois é instrumento idôneo para apurar infrações cometidas no âmbito da administração pública.
- (B) A ação popular só poderá ser conhecida se for intentada contra o prefeito, mas nunca contra a empresa que superfaturou a obra.
- (C) A ação popular só poderá ser conhecida se for intentada contra a empresa que superfaturou a obra, mas nunca contra o prefeito.
- (D) A ação popular não poderá ser conhecida, pois seu âmbito de atuação protege apenas o patrimônio moral, estético, histórico e ambiental.
- (E) Na sujeição passiva da ação popular, devem figurar todas as pessoas jurídicas, públicas ou privadas, em nome das quais foi praticado o ato ou foi feito contrato a ser anulado.

QUESTÃO 29

Em um estado brasileiro, a assembleia legislativa resolveu fazer emenda à constituição estadual, estabelecendo a necessidade de aprovação prévia, a ser requerida à própria assembleia, para nomeação dos secretários de estado pelo governador. Essa emenda foi questionada no judiciário por meio de ação direta de inconstitucionalidade. Acerca dessa situação hipotética, e com base nas disposições constitucionais que dispõem sobre os estados-membros, assinale a alternativa correta.

- (A) Não há inconstitucionalidade na emenda constitucional estadual, uma vez que os estados da Federação possuem autonomia política, administrativa e financeira.
- (B) A referida emenda constitucional está eivada de vício insanável, posto que a assembleia legislativa não pode inovar na ordem jurídica, devendo guardar total conformidade com a Constituição Federal.
- (C) A constituição do estado não pode definir os crimes de responsabilidade do governador, tampouco cominar as penalidades a serem aplicadas.
- (D) Os estados possuem competência para legislar sobre todos os assuntos que não foram tratados na Constituição Federal, até mesmo adotar outros sistemas eleitorais.
- (E) No exercício de sua capacidade de auto-organização, os estados devem obediência apenas aos princípios constitucionais sensíveis.

QUESTÃO 30

Considere que uma população, revoltada com o aumento no número de crimes cometidos com armas de fogo, resolva elaborar projeto de lei prevendo o aumento das penalidades aos infratores do ordenamento jurídico. Acerca desse tema e com base no processo legislativo constitucional, assinale a alternativa correta.

- (A) O referido projeto de lei não poderá ser levado adiante por ausência de legitimidade.
- (B) Para que o projeto de lei seja recebido pelo Congresso Nacional, é indispensável que ele seja apresentado por uma pessoa jurídica representante da sociedade civil organizada.
- (C) A iniciativa popular é um instrumento de participação direta do cidadão na vida do Estado que só pode ser exercido por meio do plebiscito e do referendo.
- (D) A Constituição Federal só outorgou a iniciativa popular ao cidadão, considerado aquele detentor de capacidade eleitoral ativa no pleno gozo dos seus direitos políticos.
- (E) O projeto de lei de iniciativa popular tem na Câmara dos Deputados a sua casa iniciadora e deverá ser rejeitado se contiver vício de forma.

QUESTÃO 31

A Constituição Federal atribui uma série de competências privativas ao presidente da República. Assinale a alternativa que corresponde a uma competência possível de ser delegada ao procurador-geral da República.

- (A) Conceder indulto e comutar penas.
- (B) Celebrar tratados e convenções internacionais.
- (C) Decretar o estado de defesa e o estado de sítio.
- (D) Nomear e exonerar ministros de Estado.
- (E) Exercer o comando supremo das Forças Armadas.

QUESTÃO 32

Segundo jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), no tocante à garantia constitucional do *habeas corpus*, é correto afirmar que este será cabível

- (A) contra ofensa indireta, reflexa ou potencial ao direito de locomoção.
- (B) como meio de discutir o mérito das punições disciplinares militares.
- (C) para impugnar decisões do Plenário ou de qualquer das turmas do próprio STF.
- (D) para impugnar pena advinda de decisão administrativa de caráter disciplinar.
- (E) para impugnar decisão condenatória à pena de multa ou relativa a processo em curso por infração penal a que a pena pecuniária seja a única cominada.

QUESTÃO 33

A respeito da organização administrativa brasileira e dos princípios fundamentais do direito administrativo, é encomendado um parecer para a Secretaria de Justiça com duas indagações. A primeira questiona se, em Brasília, é possível a nomeação de parentes de agentes políticos para o exercício da função de presidente das entidades fundacionais do Distrito Federal. A segunda pergunta se os referidos parentes podem participar de concurso público em igualdade de condições com os outros candidatos para cargos de servidor público no governo do Distrito Federal. Assim, com relação a essas duas indagações, o parecer deveria indicar

- (A) a possibilidade da nomeação de parentes de agentes políticos até o segundo grau, inclusive, para a presidência das entidades fundacionais e a possibilidade de parentes participarem de concurso público para cargos no DF.
- (B) a impossibilidade da nomeação de parentes de agentes políticos para a presidência das entidades fundacionais até o terceiro grau, inclusive, e a possibilidade de parentes participarem de concurso público para cargos no DF.
- (C) a impossibilidade da nomeação de parentes de agentes políticos para a presidência das entidades fundacionais até o segundo grau, inclusive, e a impossibilidade de parentes participarem de concurso público para cargos no DF.
- (D) a possibilidade da nomeação de parentes de agentes políticos para a presidência das entidades fundacionais até o terceiro grau, inclusive, e a impossibilidade de parentes participarem de concurso público para cargos no DF.
- (E) a possibilidade da nomeação de parentes de agentes políticos para a presidência das entidades fundacionais até o primeiro grau, inclusive, e a possibilidade de parentes participarem de concurso público para cargos no DF.

QUESTÃO 34

A respeito dos atributos, da classificação e da invalidação dos atos administrativos, assinale a alternativa correta.

- (A) Nos atos vinculados, a motivação é facultativa.
- (B) Os atos discricionários não podem ser invalidados.
- (C) Anulação e revogação são conceitos idênticos que invalidam atos administrativos.
- (D) A administração pública pode anular seus próprios atos.
- (E) A autorização é ato administrativo discricionário e definitivo.

QUESTÃO 35

Com relação à concessão de serviços públicos, assinale a alternativa correta nos termos do que prevê a Lei n.º 8.987/1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, previsto no art. 175 da Constituição Federal.

- (A) A concessão de serviço público será formalizada mediante contrato.
- (B) O Distrito Federal não pode delegar concessão de serviço público sem autorização da União.
- (C) O poder concedente é aquele em que o particular presta a concessão.
- (D) A concessão é delegação de serviço público a título precário.
- (E) As concessões de serviço público dadas pelo DF não precisam prestar serviço adequado aos usuários.

QUESTÃO 36

Poderes administrativos são o conjunto de prerrogativas que tem a administração pública para alcançar os fins almejados pelo Estado. Nesse aspecto, o poder de editar decretos do governador do Distrito Federal é exercício do poder

- (A) discricionário.
- (B) disciplinar.
- (C) hierárquico.
- (D) policial.
- (E) regulamentar.

QUESTÃO 37

Assinale a alternativa correta a respeito do negócio jurídico e da teoria da imprevisão.

- (A) O negócio jurídico praticado pelo agente absolutamente incapaz, sem a devida representação, será anulável.
- (B) O negócio jurídico traduz o poder de autorregulamentação dos interesses que contêm a enunciação de um preceito, independentemente do querer interno.
- (C) Quando necessária a manifestação da vontade expressa do agente, o silêncio importa em anuência; logo, a parêmia **quem cala consente** sempre tem juridicidade.
- (D) Aplica-se a teoria da imprevisão aos contratos de execução diferida.
- (E) O distrato é forma de extinção do contrato por resolução.

QUESTÃO 38

Assinale a alternativa correta a respeito do fato jurídico, da prescrição e da decadência.

- (A) O direito patrimonial pode ser adquirido mediante conduta comissiva ou omissiva de terceiro, que venha a possibilitar a percepção do direito para o sujeito.
- (B) A convalidação do ato praticado pelo agente relativamente incapaz constitui exemplo de ato jurídico de execução diferida.
- (C) A oposição é exemplo de ato jurídico material ou real.
- (D) A lesão é vício da vontade do agente que se qualifica como sendo o mal injusto, grave iminente causado à vítima.
- (E) A suspensão da prescrição caracteriza-se pela cessação da fluência do prazo, por ato de vontade do interessado, para o exercício do direito.

QUESTÃO 39

Assinale a alternativa correta a respeito da teoria geral das obrigações.

- (A) O direito pessoal reflete o poder jurídico direto de uma pessoa sobre uma coisa, submetendo-a em todos ou em alguns de seus aspectos.
- (B) O objeto indireto ou mediato da obrigação é o bem da vida posto em circulação jurídica.
- (C) No caso de perecimento da coisa, sem culpa do devedor, mas pendente condição suspensiva, este suportará o ônus da perda, já que terá de indenizar o credor.
- (D) Se a prestação de um fato tornou-se impossível sem culpa do devedor, este responderá por perdas e danos.
- (E) Considerando-se o elemento subjetivo, as obrigações poderão ser divisíveis e indivisíveis.

QUESTÃO 40

Assinale a alternativa correta a respeito dos contratos, dos direitos reais e da responsabilidade civil.

- (A) A declaração unilateral gera efeitos jurídicos somente a partir da convergência ou do acordo de vontades.
- (B) Tem-se o contrato aleatório quando as obrigações se equivalem, conhecendo os contratantes desde o início as suas prestações.
- (C) A colocação do bem fora do comércio não inviabiliza o exercício da posse pelo interessado.
- (D) A detenção constitui elemento material da posse, mas, por si só, é fato que não importa na existência da intenção do sujeito de ficar com o bem.
- (E) A responsabilidade civil subjetiva funda-se na teoria do risco.

QUESTÃO 41

Assinale a alternativa correta a respeito da jurisdição e da competência.

- (A) A função jurisdicional consiste em uma atividade primária em que o Estado, nos conflitos com o particular, exerce autodefesa do seu próprio interesse, na observância e nos limites que a lei lhe outorga.
- (B) Segundo o princípio da investidura, o juiz exerce a função jurisdicional por delegação do Estado e não poderá delegá-la a outrem, salvo quando o ato processual tenha de ser praticado fora de sua circunscrição territorial, o qual deve ser solicitado por carta rogatória, de ordem ou precatória.
- (C) Quanto ao objeto, distingue-se a jurisdição em legal e convencional.
- (D) A ação de inventário e partilha de bens situados no Brasil, ainda que o autor da herança seja estrangeiro e tenha residido fora do território nacional, se intentada perante tribunal estrangeiro, não obsta a que a autoridade judiciária brasileira conheça da mesma causa e das que lhe são conexas, salvo se a sentença estrangeira tiver sido homologada pela justiça brasileira.
- (E) As ações reais sobre bens imóveis, em regra, serão propostas no foro do réu.

QUESTÃO 42

Assinale a alternativa correta a respeito da resposta do réu e da ação civil pública.

- (A) Na hipótese de ação civil pública que tenha por objeto e causa pedir a defesa de direitos individuais homogêneos proposta por associação na defesa dos seus associados, no decurso da fase cognitiva do procedimento, a associação promotora atuará na qualidade de representante processual; de outra parte, se postular o cumprimento da sentença, assumirá a posição de substituto processual.
- (B) A jurisprudência do STF e do Superior Tribunal de Justiça (STJ) firmou-se pela inviabilidade da declaração incidental de inconstitucionalidade de lei deduzida no bojo de ação civil pública.
- (C) No procedimento comum sumário, sendo a ré a fazenda pública, o juiz designará a audiência de conciliação a ser realizada no prazo de trinta dias, com antecedência mínima de dez dias, contados da citação.
- (D) A suspeição do juiz é vício insanável e fere de nulidade absoluta a relação processual, tanto que se constitui um dos fundamentos à propositura da ação rescisória do julgado.
- (E) Quando forem citados para a ação vários réus, o prazo para responder ser-lhes-á comum. Se o autor desistir da ação quanto a algum réu ainda não citado, o prazo para a resposta correrá da intimação do despacho que deferir a desistência.

QUESTÃO 43

Assinale a alternativa correta a respeito do processo de execução, dos embargos do executado, da sentença, da ação rescisória e dos recursos.

- (A) Será *citra petita* a sentença que condenar o réu em objeto diverso do que lhe foi demandado.
- (B) A desistência do recurso depende da anuência do recorrido e dos litisconsortes.
- (C) Julgando-se improcedente o pedido formulado na ação rescisória, o autor pode ajuizar outra ação rescisória lastreada em outro permissivo legal não suscitado.
- (D) Incide o excesso de execução quando se realiza penhora de bens do executado em valor superior ao crédito exequendo e seus acessórios.
- (E) Conta-se o prazo em dobro para a propositura das ações de embargos ao direito de executar e ao direito de expropriar, quando vários são os executados e diversos os seus advogados.

QUESTÃO 44

Assinale a alternativa correta a respeito de processo, prazos, sujeitos e pedido.

- (A) Segundo o princípio da preclusão temporal, o prazo termina fatalmente no dia do vencimento, sem que, para isso, haja necessidade de qualquer ato ou providência da parte ou do juiz.
- (B) A pretensão do autor constitui elemento do objeto do processo civil.
- (C) Quanto ao momento da formação, o litisconsórcio será simples ou unitário.
- (D) A cumulação objetiva simples de pedidos ocorre quando o acolhimento do segundo pedido depender do acolhimento do primeiro que tem, com ele, laços de prejudicialidade.
- (E) Caracteriza a sucessão processual o fato de alguém estar legitimado para litigar em juízo, em nome próprio, como autor ou réu, na defesa de direito alheio.

QUESTÃO 45

Acerca de responsabilidade tributária, assinale a alternativa correta.

- (A) A obrigação tributária incidente sobre imóvel antes da alienação pode ser cobrada do adquirente, ainda que conste do título de aquisição prova de sua quitação, caso em que se sub-rogará na dívida.
- (B) Realizada partilha por sucessão eventual, dívida tributária apurada posteriormente deverá ser cobrada da viúva meeira na condição de sucessora.
- (C) Se, no caso de bem imóvel arrematado em hasta pública, se verificar que o valor pago foi insuficiente para a quitação dos tributos, então, nessa situação, o adquirente é responsável pelo pagamento do débito tributário.
- (D) No caso de sucessão de empresas, a sucessora é responsável pelo pagamento dos tributos devidos e de multas punitivas existentes no momento da sucessão.
- (E) Na sucessão hereditária, o espólio responderá pelos tributos devidos pelo *de cuius* até a data da abertura da sucessão, inclusive pelas multas moratórias.

QUESTÃO 46

O Distrito Federal editou lei com o objetivo de recuperar seus créditos inscritos em dívida ativa, possibilitando aos devedores o pagamento em parcelas mensais fixas, reduzindo as multas incidentes proporcionalmente ao número de parcelas, especificando o prazo de duração e as condições da concessão em caráter individual, bem como as garantias a serem prestadas, podendo, ainda, ser objeto de pagamento com precatório judicial de débitos do Distrito Federal, de tudo atendidas as disposições previstas no Código Tributário Nacional. Com base nessa situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- (A) Os institutos tributários aplicados à espécie são a moratória em caráter individual e a compensação.
- (B) A origem do débito é indiferente para o pagamento em parcelas. Por isso, uma vez concedido pela autoridade administrativa o benefício, por sua origem não poderá revê-lo.
- (C) Concedido o pagamento em parcelas e após excluído o beneficiário por descumprimento de uma das condições estabelecidas, o fisco poderá dar ciência da exclusão por meio eletrônico (Internet) ou publicação no Diário Oficial, estando tais modalidades de notificação previstas na lei que estabeleceu o benefício.
- (D) A compensação é um direito do credor do Distrito Federal que não cumpriu suas obrigações no momento estabelecido em sentença transitada em julgado, razão pela qual poderá efetivá-la, independentemente de autorização legal.
- (E) Os institutos aplicados à espécie são causas de suspensão do crédito tributário.

QUESTÃO 47

A União firmou convênio com o Distrito Federal a fim de facilitar a fiscalização e a arrecadação de seus tributos, por meio de troca de informações. Considerando o enfoque das regras aplicadas à legislação tributária, assinale a alternativa correta.

- (A) O convênio corresponde a um ato normativo administrativo bilateral.
- (B) O convênio cuida de prática administrativa reiterada, regida por usos e costumes, que gera fonte formal secundária do direito tributário.
- (C) Os convênios internos são normas complementares das leis, dos tratados e das convenções internacionais e dos decretos.
- (D) A vigência dos convênios, por imperativo legal, inicia-se após 30 dias da publicação do ato.
- (E) No caso de ser firmado convênio entre todos os estados e o Distrito Federal, para deliberar a respeito de isenção fiscal, somente a lei complementar estadual ou distrital poderá regular a forma como isso será feito.

QUESTÃO 48

Supondo que o Distrito Federal institua, em 30/6/2010, por lei publicada no dia 2/7/2010, uma taxa para custear serviços de limpeza pública, sem que fosse estabelecida a data de vigência da norma, assinale a alternativa correta.

- (A) A vigência da norma ocorreria 30 dias após a sua publicação.
- (B) Na data da vigência da referida norma, esta também teria eficácia para ser aplicada.
- (C) A eficácia da norma e, portanto, sua aplicação, ocorreriam após expirar o prazo nonagesimal, contado a partir de sua vigência.
- (D) A eficácia da norma e sua aplicação somente poderão ocorrer no exercício seguinte.
- (E) A publicação da referida norma somente poderia se dar no exercício seguinte, a fim de observar o princípio da anterioridade.

QUESTÃO 49

O gerente administrativo de uma sociedade de pessoas pratica dolosamente conduta descrita como crime, ao deixar de pagar os tributos devidos, sem a anuência dos sócios proprietários. Acerca dessa situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- (A) O gerente não será o responsável pelo pagamento do tributo devido pela sociedade, mas responderá pelo crime tributário.
- (B) Os sócios proprietários respondem pelo pagamento da dívida tributária não paga pelo gerente administrativo.
- (C) Os sócios proprietários e o gerente responderão, de forma solidária, pelo ônus do pagamento do tributo.
- (D) Os sócios são pessoalmente responsáveis pelo ilícito tributário praticado pelo gerente, mas poderão acioná-lo na justiça para ressarcimento do dano.
- (E) O gerente administrativo será responsabilizado pessoalmente pelo crédito correspondente à obrigação tributária resultante da infração à lei praticada de forma dolosa.

QUESTÃO 50

A duplicata é um título de crédito

- (A) que pode ser garantido por aval, desde que a garantia seja dada anteriormente ao vencimento do título, sob pena de não produzir os mesmos efeitos cambiais pretendidos.
- (B) que só pode ser emitido por empresários ou sociedades empresariais, para materializar compra e venda mercantil ou prestação de serviços.
- (C) que não admite aval parcial.
- (D) em que a emissão da triplicata, no caso de retenção da duplicata pelo comprador, é prática autorizada por lei e usualmente utilizada pelo empresário.
- (E) de natureza causal; entretanto, com o aceite, desaparece tal causalidade e passa o título a ostentar a autonomia.

QUESTÃO 51

Acerca da letra de câmbio, que representa uma ordem de pagamento à vista ou a prazo, é correto afirmar que

- (A) a Lei Uniforme de Genebra veda o aval parcial.
- (B) o credor direto é o sacador.
- (C) contém uma obrigação quesível.
- (D) o aceite é declaração cambiária obrigatória.
- (E) a verificação dos requisitos legais é necessária desde a emissão da letra, não podendo estes ser preenchidos *a posteriori*, mesmo que em conformidade com as condições acordadas com o devedor.

QUESTÃO 52

O Poder Executivo de um município de um estado brasileiro encaminhou ao Legislativo local projeto de lei dispondo acerca de finanças públicas. A respeito disso, assinale a alternativa correta.

- (A) O município não tem competência para legislar sobre finanças públicas, pois é ela privativa do Congresso Nacional.
- (B) Havendo legislação federal, os estados e os municípios podem regular, de maneira suplementar, matéria de direito financeiro, de acordo com a Constituição Federal de 1988.
- (C) Cabe à União legislar sobre normas gerais de finanças públicas, não podendo as outras unidades da federação regular a matéria, mesmo na ausência de regulamentação pela União.
- (D) A edição pela União de norma geral que dispõe a respeito de finanças públicas deve ser feita por meio de lei ordinária.
- (E) Em se tratando de normas gerais de finanças públicas, caso sobrevenha legislação federal sobre matéria que a lei municipal regulava, a lei municipal estará revogada.

QUESTÃO 53

A lei que estabelece metas e prioridades da administração pública federal que deverão ser seguidas no exercício financeiro seguinte, dispondo, inclusive, acerca de alterações na legislação tributária, é, na verdade,

- (A) o orçamento fiscal.
- (B) o orçamento anual.
- (C) a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- (D) o Plano Plurianual.
- (E) a Lei da Responsabilidade Fiscal.

QUESTÃO 54

A União resolveu lançar títulos da dívida pública no mercado para suprir *deficit* de caixa. Em relação a essa operação, é correto afirmar que

- (A) a emissão é a fase do empréstimo público inicial referente ao lançamento de títulos públicos, feita diretamente pelo Estado ou por intermédio de outras entidades.
- (B) a questão trata de empréstimo público que deve ter, obrigatoriamente, como garantia e para pagamento do valor prometido como retorno, um seguro privado contratado perante uma instituição privada.
- (C) a conversão se dá mediante alteração no contrato original que gerou o empréstimo público e sempre depende de vontade das partes para sua realização.
- (D) a amortização de empréstimo público ocorre apenas quando há o resgate total da dívida, independentemente dos valores pagos em parcelas.
- (E) não será possível o estabelecimento de resgate de empréstimo público indexado em moeda estrangeira.

QUESTÃO 55

A taxa que o cidadão paga para o licenciamento de seu veículo é

- (A) receita originária.
- (B) ingresso temporário de receita.
- (C) tarifa paga pelo proprietário de veículo.
- (D) receita derivada.
- (E) preço público pago ao Estado para poder transitar com o veículo.

QUESTÃO 56

Pedro trabalhou como chapa durante quarenta anos e, em 2009, resolveu aposentar-se. Antes de recorrer ao INSS, entretanto, Pedro foi até uma agência do Banco do Brasil tomar conhecimento sobre como poderia fazer para sacar seu FGTS. Para sua surpresa, Pedro foi informado de que aquele banco não tinha conhecimento se ele possuía direito ao saque do FGTS, pois não era autorizado. Com base nessa situação hipotética, assinale a alternativa **incorreta** no tocante ao FGTS.

- (A) Se Pedro trabalhou a vida inteira somente como chapa, ele não possui conta vinculada e, portanto, não fará jus ao saque do FGTS.
- (B) Trabalhadores autônomos não são beneficiários do FGTS, bem como servidores públicos civis e militares.
- (C) O Banco do Brasil não soube responder aos questionamentos de Pedro porque o FGTS é regido segundo as deliberações da Caixa Econômica Federal.
- (D) O FGTS incide sobre todos os pagamentos de natureza salarial; por essa razão, a ajuda de custo não integra sua base de cálculo.
- (E) Todo empregador é obrigado a efetuar depósito mensal em favor do empregado, em percentual, definido por lei, da remuneração paga ou devida no mês anterior. O FGTS não pode ser pago diretamente ao empregado.

QUESTÃO 57

Elizabeth exercia função de confiança em uma empresa de medicamentos que possuía filiais em várias cidades do Brasil. Depois de dez anos trabalhando em São Paulo, seu empregador resolveu transferi-la para Brasília. Insatisfeita, Elizabeth procurou advogado a fim de ajuizar reclamação trabalhista alegando alteração ilícita do contrato de trabalho. Com base nessa situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- (A) A alteração unilateral do contrato de trabalho entre Elizabeth e a empresa de medicamentos é ilícita, pois a transferência deve ser sempre consentida pelo empregado.
- (B) Para haver transferência definitiva, não é imprescindível que haja mudança de domicílio.
- (C) Elizabeth só poderia ser transferida em caráter provisório, situação na qual faria jus a adicional de transferência no valor de 25% sobre o salário percebido na nova localidade.
- (D) Para que possa haver transferência de empregados, afigura-se indispensável a comprovação da real necessidade de serviços.
- (E) Elizabeth não deveria ajuizar nenhuma reclamação, pois sua transferência não é ilícita.

QUESTÃO 58

Paulo teve seu contrato de trabalho suspenso por conta do serviço militar obrigatório. Em razão desse fato, ele passou um ano sem comparecer à empresa em que trabalhava, e, com isso, seu contrato de trabalho deixou de surtir efeitos. Assinale a alternativa que apresenta o efeito que se aplica à suspensão do contrato de trabalho de Paulo.

- (A) Perda do vínculo empregatício.
- (B) Dever do empregador de recolher o FGTS.
- (C) Dever do empregador de pagar os salários.
- (D) Não há cômputo do período como tempo de serviço.
- (E) Perda do direito ao FGTS.

QUESTÃO 59

Acerca das federações e confederações sindicais, assinale a alternativa correta.

- (A) Serão administradas apenas pelas respectivas diretorias.
- (B) As confederações deverão organizar-se com o mínimo de cinco federações.
- (C) As confederações são as únicas associações sindicais de grau superior.
- (D) Para organizarem-se em federações, serão necessários pelo menos cinco sindicatos.
- (E) Os presidentes das confederações serão escolhidos pelo presidente da República.

QUESTÃO 60

André ajuizou reclamação trabalhista contra seu empregador, alegando rescisão indireta. No dia da audiência, sua testemunha não foi ouvida, posto que o juiz indeferiu sua oitiva. Irresignado, André pretende recorrer da decisão do juiz. Com base nessa situação hipotética, é correto afirmar que

- (A) André deverá aguardar a sentença de mérito para só depois recorrer.
- (B) é cabível o agravo de instrumento.
- (C) André não poderá recorrer da decisão do juiz.
- (D) só será cabível o recurso de imediato se André dispuser de prova pré-constituída.
- (E) só cabe recurso de agravo regimental.

